

5

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E
ESGOTOS — CEDAE**

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

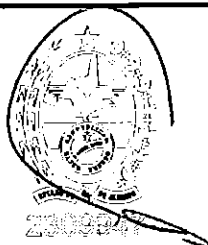
na qualidade de Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

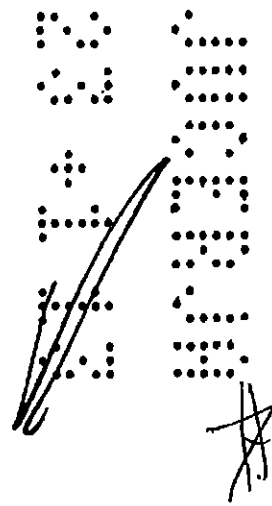
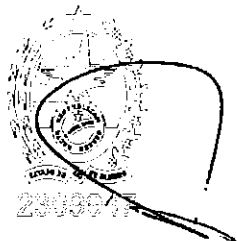
na qualidade de Agente Fiduciário

Datado de
09 de janeiro de 2013



ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO	2
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS	3
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	4
CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO	20
CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	25
CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO	28
CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	36
CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO	38
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	39
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS	41
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	41
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO	42
ANEXO I – DEFINIÇÕES	I
ANEXO II – CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO DO FIDC	VIII
ANEXO III – CÓPIA DO REGULAMENTO DO FIDC CEDAE	IX



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1. Palavras e expressões em maiúsculas não definidas no texto desta Escritura, terão o significado a elas atribuído no Anexo I.



[Handwritten signature and scribbles over the stamp area]

1.2. A emissão das Debêntures, a Oferta e a constituição das Garantia serão realizadas com base nas deliberações tomadas em reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 31 de dezembro de 2012 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora e conforme artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos descritos a seguir.

2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no "Jornal do Commercio" e no DOERJ ("Jornal"), em atendimento aos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento da Escritura na JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERJA, em atendimento ao inciso II e parágrafo 3º do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro em cartórios

2.3.1. O Contrato de Garantia, no prazo nele previsto, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; e (ii) Osasco, no Estado de São Paulo. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantia, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, no prazo fixado no Contrato de Garantia.

2.4. Dispensa automática de registro

2.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 49 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Oferta está também automaticamente dispensada de registro, por se



tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto.

2.5. Registro para distribuição e negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, e para negociação no mercado secundário, através do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer de acordo com a Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme o caso, por tal Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e verificação do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

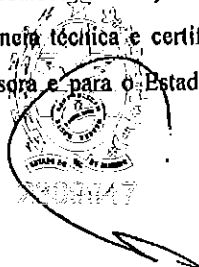
2.5.2.1. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados” os referidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação (conforme termo definido na Cláusula 3.6.1).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1. Objeto social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites



[Handwritten signature and scribbles]

territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e

- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "i", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

3.2. Número da Emissão

- 3.2.1.** Esta é a 3ª emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3. Número de séries

- 3.3.1.** A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor total da Emissão

- 3.4.1.** O valor total da Emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Destinação dos recursos

- 3.5.1.** Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive comissão do Coordenador Líder e despesas do registro em cartório.

3.6. Forma e procedimento de colocação e distribuição

- 3.6.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Empresa Quirografária, com Garantia Adicional Real, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE" ("Contrato de Colocação"), tendo como público alvo Investidores Qualificados.



[Handwritten signature and scribbles]

3.6.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.6.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.6.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ nº 06.941.240/0001-90, é o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário.



60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão ("Banco Liquidante"). A Itaú Corretora de Valores S.A., Instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.1.2. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal.

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de janeiro de 2013 ("Data de Emissão").

4.4. Prazo e Data de Vencimento

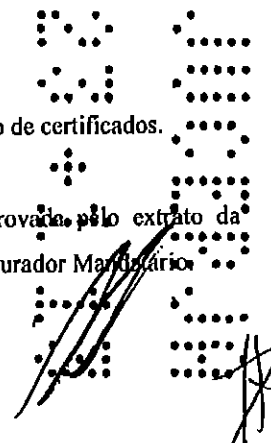
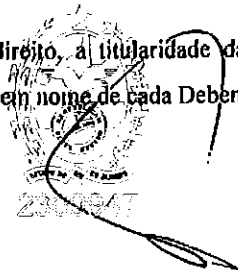
4.4.1. As Debêntures vencerão em 20 de junho de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.

4.5. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário.



4.5.3. Adicionalmente, será expedido, pela CETIP, extrato, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no Cetip21, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.7. Espécie e garantia

4.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias, nos termos do Contrato de Garantia e do disposto abaixo.

4.7.2. Será constituída, em garantia das Obrigações, por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Garantia") (i) cessão fiduciária de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios que excederem, conforme o caso, a Quantidade Mínima Mensal ("QMM") ou a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada ("QDCA" e "Direitos Creditórios Excedentes Cedidos", respectivamente) do FIDC CEDAE, conforme definidas no Contrato de Cessão do FIDC, cedidas ao FIDC CEDAE, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC, que serão creditados na Conta Vinculada ("Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes"); e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios da Emissora sobre a Conta Vinculada ("Direitos de Crédito da Conta Vinculada" em conjunto com a Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes Cedidos, "Garantias"). O Agente Fiduciário instruirá o Banco Administrador de Contas para que (a) seja retido o montante equivalente ao valor da parcela da Amortização Programada, da Remuneração e de qualquer Obrigação devida no próximo Período de Capitalização; e (b) libere o valor remanescente da Conta Vinculada, após a retenção mencionada no item 'a' acima, para a conta de livre movimentação da Emissora, conforme previsto no Contrato de Garantia. São considerados Direitos Creditórios Excedentes Cedidos aqueles que, após serem creditados na conta corrente de titularidade do Itaú Unibanco, na qual é centralizado todo o recebimento das contas de água e esgoto de emissão da Emissora com código Febraban 1292 ("Conta Centralizadora"), de arrecadação do FIDC CEDAE, excederem o serviço prioritário referente às obrigações do FIDC CEDAE.

4.7.3. Caberá ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução judicial ou extrajudicial, das Garantias, uma vez verificado qualquer inadimplemento desta Escritura e/ou do Contrato de Garantia pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures.



4.8. Remuneração

FatorDI corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{di}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{di} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{di} " um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$Fator Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$$

onde:

Spread corresponde a 1,69; e

n corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, exclusive, sendo " n " um número inteiro.



Handwritten signature and stamp.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão, nas seguintes datas (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração
1	20/02/2013	21	20/10/2014	41	20/06/2016
2	20/03/2013	22	20/11/2014	42	20/07/2016
3	20/04/2013	23	20/12/2014	43	20/08/2016
4	20/05/2013	24	20/01/2015	44	20/09/2016
5	20/06/2013	25	20/02/2015	45	20/10/2016
6	20/07/2013	26	20/03/2015	46	20/11/2016
7	20/08/2013	27	20/04/2015	47	20/12/2016
8	20/09/2013	28	20/05/2015	48	20/01/2017
9	20/10/2013	29	20/06/2015	49	20/02/2017
10	20/11/2013	30	20/07/2015	50	20/03/2017
11	20/12/2013	31	20/08/2015	51	20/04/2017
12	20/01/2014	32	20/09/2015	52	20/05/2017
13	20/02/2014	33	20/10/2015	53	20/06/2017
14	20/03/2014	34	20/11/2015		
15	20/04/2014	35	20/12/2015		
16	20/05/2014	36	20/01/2016		
17	20/06/2014	37	20/02/2016		
18	20/07/2014	38	20/03/2016		
19	20/08/2014	39	20/04/2016		
20	20/09/2014	40	20/05/2016		

4.8.3. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração

imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

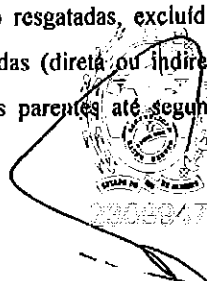
4.8.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.8.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.8.7. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.8.8. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas.



quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Subscrição e Integralização

4.10.1. A totalidade das Debêntures será subscrita na mesma data, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10.2. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.10.3. Todas as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

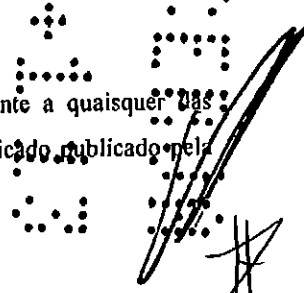
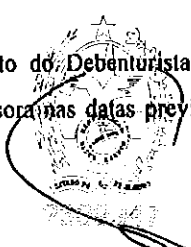
4.11. Pagamento

4.11.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora; ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário.

4.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.11.3. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11.4. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das Obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicação publicada pela



Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11.5. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.11.5.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.11.5 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.11.5.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.11.5.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou ao Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.12. Amortização Programada

4.12.1. As Debêntures serão amortizadas em 53 (cinquenta e três) parcelas mensais e sucessivas ("Amortização Programada"), na forma e percentuais dispostos no quadro abaixo calculados sobre o Valor Nominal das Debêntures.

#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
1	20/02/2013	1,88700000%	28	20/05/2015	1,88700000%
2	20/03/2013	1,88700000%	29	20/06/2015	1,88700000%
3	20/04/2013	1,88700000%	30	20/07/2015	1,88700000%
4	20/05/2013	1,88700000%	31	20/08/2015	1,88700000%
5	20/06/2013	1,88700000%	32	20/09/2015	1,88700000%
6	20/07/2013	1,88700000%	33	20/10/2015	1,88700000%

7	20/08/2013	1,88700000%	34	20/11/2015	1,88700000%
8	20/09/2013	1,88700000%	35	20/12/2015	1,88700000%
9	20/10/2013	1,88700000%	36	20/01/2016	1,88700000%
10	20/11/2013	1,88700000%	37	20/02/2016	1,88700000%
11	20/12/2013	1,88700000%	38	20/03/2016	1,88700000%
12	20/01/2014	1,88700000%	39	20/04/2016	1,88700000%
13	20/02/2014	1,88700000%	40	20/05/2016	1,88700000%
14	20/03/2014	1,88700000%	41	20/06/2016	1,88700000%
15	20/04/2014	1,88700000%	42	20/07/2016	1,88700000%
16	20/05/2014	1,88700000%	43	20/08/2016	1,88700000%
17	20/06/2014	1,88700000%	44	20/09/2016	1,88700000%
18	20/07/2014	1,88700000%	45	20/10/2016	1,88700000%
19	20/08/2014	1,88700000%	46	20/11/2016	1,88700000%
20	20/09/2014	1,88700000%	47	20/12/2016	1,88700000%
21	20/10/2014	1,88700000%	48	20/01/2017	1,88700000%
22	20/11/2014	1,88700000%	49	20/02/2017	1,88700000%
23	20/12/2014	1,88700000%	50	20/03/2017	1,88700000%
24	20/01/2015	1,88700000%	51	20/04/2017	1,88700000%
25	20/02/2015	1,88700000%	52	20/05/2017	1,88700000%
26	20/03/2015	1,88700000%	53	20/06/2017	1,87600000%
27	20/04/2015	1,88700000%			

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações: (i) por preço igual ou inferior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser recolocadas no mercado.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a partir de 25º (vigésimo quinto) mês, a partir da Data de Emissão, a



Handwritten signature and stamp.

exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, oferta irrevogável de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, sendo assegurada, a seus titulares, igualdade de condições para aceitar a oferta ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado, por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado ou de envio de carta a todos os Debenturistas ("Editais de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Resgate Antecipado, incluindo: (a) data efetiva para o resgate das Debêntures em Circulação e pagamento aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (b) data limite para os Debenturistas manifestarem, à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, a intenção de aderirem a Oferta de Resgate Antecipado, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, e o procedimento para tal manifestação; (c) valor do prêmio de resgate a ser pago aos Debenturistas; e (d) demais informações relevantes aos Debenturistas;
- (ii) A Emissora deverá realizar o respectivo resgate antecipado de todos os Debenturistas que manifestaram sua aceitação à Oferta de Resgate Antecipado na data indicada no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) O valor a ser pago aos Debenturistas em decorrência do respectivo resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do resgate antecipado, acrescido de um prêmio fixo conforme aprovado pelos Debenturistas;
- (iv) Caso, em decorrência das adesões à Oferta de Resgate Antecipado, não seja realizado o respectivo resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, referido resgate deverá ser efetivado conforme procedimentos da CETIP, por meio de "Operação de Compra e Venda Definitiva", entre as partes, ou outra funcionalidade disponível pela CETIP.

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.14.3. A CETIP deverá ser comunicada da realização do respectivo resgate antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação.

4.15. Amortização Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo



Handwritten signature and stamp.

4.15.1. A Emissora poderá, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, amortização antecipada facultativa ("Amortização Antecipada Facultativa") ou resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.15.2. O Resgate Antecipado Facultativo e a Amortização Antecipada Facultativa, conforme o caso, deverão ser realizados mediante o prévio envio, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data de sua realização, pela Emissora, de comunicação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, sendo que tal notificação deverá informar a data, o local da realização, o procedimento de resgate ou de amortização e o valor a ser resgatado ou amortizado.

4.15.3. O valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Antecipada Facultativa, a Emissora será equivalente ao Valor Nominal, ou o saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Antecipada Facultativa, conforme o caso, acrescido de um prêmio fixo ("Prêmio") sobre o valor resgatado ou amortizado, de acordo com a tabela abaixo:

Data do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada Facultativa	Prêmio sobre o valor do Resgate Antecipado ou da Amortização Antecipada Facultativa
de 15/01/2015 a 14/07/2015	1,00%
de 15/07/2015 a 14/01/2016	0,80%
de 15/01/2016 a 14/07/2016	0,60%
de 15/07/2016 a 14/01/2017	0,40%
de 15/01/2017 a 20/06/2017	0,20%

4.15.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15.5. A CETIP deverá ser comunicada da realização do respectivo Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Antecipada Facultativa, conforme o caso, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação.

4.15.6. Fica, desde já, certo e ajustado, que a aprovação pela Emissora de Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures em percentual superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal das Debêntures, ou seu saldo, conforme o caso, ensejará, para fins de operacionalização da amortização na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures.

4.15.7. Não haverá Resgate Antecipado Facultativo parcial.

4.16. Incorporação, Fusão ou Cisão



Handwritten signature and stamp of the Brazilian Securities Commission (CVM) with the number 2209047.

4.16.1. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.

4.17. Comunicações

4.17.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Jornal, podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.17.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

At: Sr. Renato Prates

Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova

CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2332-5774

Fax: (21) 2332-3644

Email : renato-prates@cedac.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

At: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

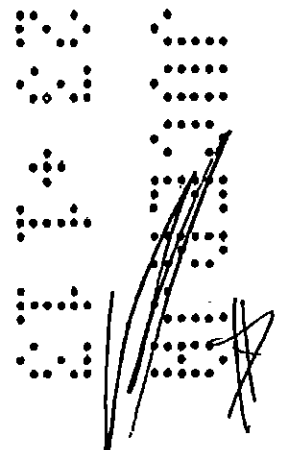
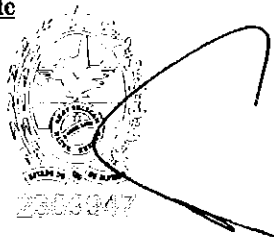
Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Email: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante

ITAÚ UNIBANCO S.A.



At: Sr. Luiz André N. Petito
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2797-4441
Fax : (011) 2797-3140
Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

At: Sr. Luiz André N. Petito
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Telefone: (11) 2797-4441
Fax : (011) 2797-3140
Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

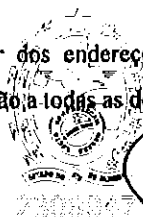
(v) Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar
CEP: 20031-919, Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474
ou
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 – 1º andar
Jardim Paulistano
CEP: 01452-001
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

4.17.3. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.17.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.



Handwritten signature and initials over a grid of dots.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantia, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de formalizar devidamente as Garantias, nos termos e no prazo estabelecido no Contrato de Garantia;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura, no Contrato de Colocação ou no Contrato de Garantia ("Documentos da Oferta"), não sanada no prazo aqui e ali estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura, no Contrato de Colocação ou no Contrato de Garantia;
- (iv) caducidade, encampação, não renovação, revogação das concessões ou qualquer outro ato ou efeito, cujo efeito, individual ou conjuntamente, represente redução no período, em comparação com o resultado anual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em valor superior a 10% (dez por cento) da Receita Operacional Líquida da Emissora, a ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações ou licenças, de qualquer espécie, que não o Contrato de Concessão, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora ou a Controlada em questão comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção

da referida licença ou autorização;

- (vi) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos Documentos da Oferta, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados: (i) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (iii) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, dos três o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (vii) procedimento análogo aplicável ou que passe a ser aplicável à Emissora relacionado a, (a) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, (b) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (viii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, intervenção da Emissora ou qualquer de suas Controladas ou caducidade do Contrato de Concessão da Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (ix) caso as garantias previstas no Contrato de Garantia sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornem-se insuficientes, sem o devido reforço de garantia, de forma aceitável aos Debenturistas, nos termos do Contrato de Garantia;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) realização de redução do capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) descumprimento de qualquer decisão judicial ou administrativa contra a Emissora ou qualquer Controlada, em valor unitário ou agregado superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, a que estejam sujeitos a Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor individual ou agregado, superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo

IPCA;

- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, ou inserção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior, a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora, por si ou em nome da sua Controlada em questão, que (i) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (xv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xvi) realização de qualquer pagamento de Participação no Resultado pela Emissora ou por qualquer Controlada, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas, em valores individuais ou agregados, superiores a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);
- (xviii) qualquer Reorganização Societária da Emissora, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim, exceto em caso de oferta pública inicial de ações ordinárias da Emissora;
- (xix) Alienação ou Oneração do Controle da Emissora a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xx) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Controladas;
- (xxi) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades



Handwritten signature and initials over a grid of dots.

atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos Serviços;

- (xxli) não-manutenção, pela Emissora, do seguinte índice financeiro, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações e documentos recebidos nos termos da Cláusula 6.1(i)(b) abaixo, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de tais informações e documentos ("Índice Financeiro"):

[Dívida Líquida/LAJIDA < 3,50]

onde:

"Dívida Líquida" corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídas pela Emissora junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, sem limitação, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, reduzido pelo montante de caixa e equivalentes; e

"Lajida" corresponde ao somatório, em base consolidada da Emissora: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período; e (v) dos tributos;

- (xxlii) caso seja verificado qualquer evento de avaliação, revisão ou de liquidação do FIDC CEDAE, conforme descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão do FIDC;
- (xxiv) caso sejam aprovadas alterações relevantes no Regulamento e/ou no Contrato de Cessão do FIDC CEDAE, relativas a (a) diminuição do prazo de duração do FIDC CEDAE, e (b) alterações que acarretem na elevação da QMM e da QDCA do FIDC CEDAE, e que, adicionalmente, comprometam o fluxo financeiro do excedente dado em garantia nesta Emissão;
- (xxv) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.5 desta Escritura; ou
- (xxvi) na hipótese de quaisquer dos Documentos da Oferta tomarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não seja sanado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento.



Handwritten signature and a large, stylized 'X' mark over a grid of dots.

5.1.2. A comparação referida na Cláusula 5.1.1(iv) será realizada, pela Emissora e verificada trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações prestadas conforme Cláusula 6.1, abaixo, e, (i) no último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais da Emissora, nos termos da regulamentação da CVM, ou (ii) em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação das respectivas informações financeiras, o que ocorrer primeiro.

5.1.3. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário pela Emissora em prazo de até 3 (três) dias úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou a comunhão dos Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, no Contrato de Garantia e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

5.2. Quórum

5.2.1. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens "i", "ii", "vii", "viii", "ix", "xiii", "xiv", "xv", "xvi" e "xvii" da Cláusula 5.1.1 acima acarretará, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura.

5.2.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais subitens da Cláusula 5.1.1. acima, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava abaixo e o quórum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.2.3 abaixo.

5.2.3. A AGD a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo. Se na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não realização da AGD por falta de quórum ou qualquer outro motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obrigou-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração das



Handwritten signature and stamp.

Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados) em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.2.5. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 5.2.4 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

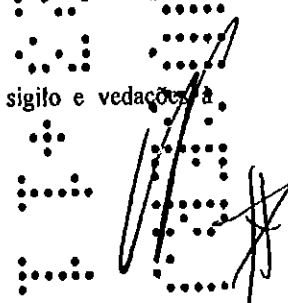
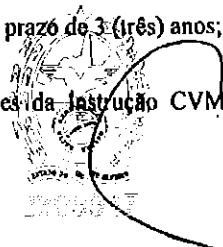
- (a) até, no máximo, o último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações trimestrais de cada um dos 3 (três) trimestres de cada exercício social, nos termos legais, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de relatório de revisão especial dos auditores independentes e (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura;
- (b) até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, sobre o Índice Financeiro, e da Receita Operacional Líquida, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com a Receita Operacional Líquida do resultado anual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura, e que a Emissora está em cumprimento com todas as obrigações constantes desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável se



Handwritten signature and a large 'X' mark over a grid of dots.

comunicações que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; (4) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro e da Receita Operacional Líquida da Emissora devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (5) cópia do organograma atualizado do grupo econômico da Emissora, incluindo as suas Controladas, controladores, coligadas, sociedades sob controle comum e integrantes do bloco de controle, com base na data de envio do relatório;

- (c) (1) data e ordem do dia de qualquer assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") no mesmo dia da publicação de sua convocação, e (2) cópias de todas as atas de Assembleias Gerais, de todas as reuniões do Conselho de Administração da Emissora que forem levadas a registro nos termos do parágrafo 1º do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e, se instalado, e de todas as atas do Conselho Fiscal, que forem publicadas ou levadas a registro, na data em que forem realizadas;
 - (d) Em até 1 (um) dia útil, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - (e) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 3 (três) dias contados da respectiva data de solicitação; e
 - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis após sua ocorrência;
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor devidamente registrado na CVM;
 - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (v) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedação a



negociação;

- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, caso seja de interesse dos Debenturistas, a critério da Emissora;
- (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto eventuais descumprimentos que não venham a causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xv) manter o mesmo agente de pagamentos do FIDC CEDAE contratado para a realização de seus respectivos serviços até a Data de Vencimento das Debêntures;
- (xvi) utilizar os recursos que transitarem pela Conta Vinculada para pagamento das Obrigações, observado o disposto nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia;
- (xvii) até a Data de Vencimento das Debêntures, informar imediatamente, por escrito, o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer alteração, evento de avaliação ou de liquidação do FIDC CEDAE;
- (xviii) manter a Conta Vinculada aberta até a Data de Vencimento das Debêntures;



Handwritten signature and a large, stylized 'X' mark over a grid of dots.

- (xix) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual; e
- (xx) enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação de AGD e da proposta a ser submetida à AGD.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificado, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, estando autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) que a Oferta, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, ou a que esteja sujeito; e



Handwritten signature and a large, stylized 'X' mark over a grid of dots.

(viii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-lá.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

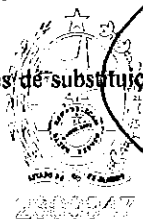
7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

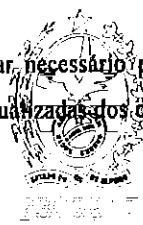
7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e procedimentos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.



Handwritten signature and a large, stylized 'X' mark over a grid of dots.

7.4. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCERJA, bem como do Contrato de Garantia nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Garantia;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios



Handwritten signature and a large, stylized 'X' mark over a grid of dots.

de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal;
- (xiv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgate antecipado conforme previsto nesta Escritura, Amortização Antecipada Facultativa, repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que

20190411

tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (1) denominação da companhia ofertante;
- (2) valor da emissão;
- (3) quantidade de debêntures emitidas;
- (4) espécie;
- (5) prazo de vencimento das debêntures;
- (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período.

(xvi) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na sede do Coordenador Líder; e
- (e) na CETIP.

(xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;

(xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a Cláusula 7.4.(xv) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e

integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente parcialmente, se for o caso;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, na ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxiii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 6.1, acima;
- (xxiv) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxv) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (xxvi) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura;
- (xxvii) informar, mensalmente, ao Banco Administrador de Contas o valor a ser retido na Conta Vinculada equivalente ao valor da parcela da Amortização Programada, da Remuneração e de qualquer Obrigação devida no próximo Período de Capitalização, bem como instruir o Banco Mandatário a liberar o valor excedente a ser transferido à conta de livre movimentação da Emissora imediatamente após a retenção mencionada neste item" xxvii"; e
- (xxviii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de seu website o Valor Nominal das Debêntures a ser calculado pela Emissora;

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus



Handwritten signature and stamp of the Agente Fiduciário.

créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

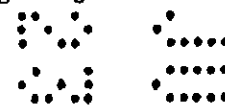
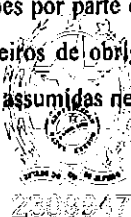
- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente



deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD, conforme Cláusula Oitava.

7.10. Serão devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.10.1. As parcelas citadas na cláusula 7.10 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo Índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.10.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.10.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na Cláusula 7.10 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventos especializados, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes de

exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo.

7.12. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.11 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Emissora, de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.13. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.14. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Qualquer AGD exigida ou decorrente desta Escritura será realizada nos termos desta Cláusula Oitava.



[Handwritten signature and scribbles over the stamp area]

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado no Jornal, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecido nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

8.2 . Quórum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando, pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.3. Não se aplica o quórum a que se refere à Cláusula 8.4.2 acima:



- (i) aos casos em que haja quórum expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura; e
- (ii) às alterações (a) de quórum previsto nesta Escritura e das regras aplicáveis às AGD; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer hipótese de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (h) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.7.2, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.



Handwritten signature and a large, stylized mark resembling a checkmark or the letter 'C'.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantia não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantia, bem como a Oferta, (1) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantia; ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (2) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa;



Handwritten signature and a large circular stamp, likely a corporate seal, located at the bottom right of the page.

exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na Cláusula 2.3.1 acima;

- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante na Escritura ou no Contrato de Garantia seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xiv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto quando a falta de autorização ou licença não acarretar um Impacto Adverso Relevante; e
- (xv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10.2. A Emissora se compromete a notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantia tornem-se total ou parcialmente inválidas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Décima e do Contrato de Garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

11.2. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de cópia dos comprovantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura, o Contrato de Garantia e os demais documentos a serem celebrados com terceiros,



Handwritten signature and stamp.

relacionados com as Debêntures e as Garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

13.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2013.

[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes]



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
 Nire: 33.3.0008797-4
 Protocolo: 00-2013/006717-2
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
 ED33000387-8/000
 DATA: 24/01/2013
 Valéria G.M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

na qualidade de Emissora

Nome:

Cargo:

Engº Wagner Granja Victor
Presidente da CEDAE
Matr. 8.000.423-6

Nome:

Cargo:

Renato Prates Rodrigues
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores
DF - CEDAE

8º OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira
 Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço
 por semelhança as firmas de: WAGNER GRANJA VICTOR e RENATO PRATES
 RODRIGUES
 Cod: 02277608453F
 Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2013. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. **ANTONIO CARLOS DE SOUZA RODRIGUES**
 TÍTULOS : 9.044.689
 TOTAL : 12.722



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
 Nire: 33.3.0008797-4
 Protocolo: 00-2013/006717-2 - 11/01/2013
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 23/01/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO.
ED33000387-8/000
 DATA: 24/01/2013
 Valéria G.M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

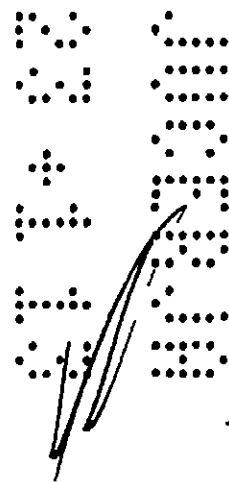
na qualidade de Agente Fiduciário

[Assinatura manuscrita]

Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
Av. Nilo Pezanha, 28- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
[0294024]-PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E
SILVA.

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2013 às 10:07:32
Em Testemunho da Verdade.
ISAAC DA ROCHA MATIAS-ESCREVENTE .
Usuário do sistema: ISAAC DA ROCHA MATIAS .
Total - R\$ 0,11



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

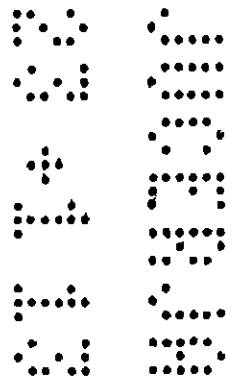
Testemunhas:

Pedro Daflon Fratz

Nome: PEDRO DAFLON FRATZ
CPF: 091158767-56

Claudia Porchat de Assis

Nome: CLAUDIA PORCHAT DE ASSIS
CPF: 268069.028-12



Anexo I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Aditamentos</u> "	conforme definido na Cláusula 2.2.1
" <u>Administrador do FIDC CEDAE</u> " ou " <u>Caixa</u> "	é a Caixa Econômica Federal, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, conforme Regulamento do FIDC CEDAE.
" <u>AGD</u> "	conforme definido na Cláusula 8.1.1
" <u>Agente Fiduciário</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Alienação</u> " (bem como o verbo correlato " <u>Alienar</u> ")	é qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
" <u>Amortização Programada</u> "	conforme definido na Cláusula 4.12.1
" <u>Amortização Antecipada Facultativa</u> "	conforme definida na Cláusula 4.15.1
" <u>Área de Planejamento 5</u> "	conforme definida no Contrato de Concessão



23099/17

" <u>Assembleia Geral</u> "	conforme definido na Cláusula 6.1.(i).(c)
" <u>Banco Administrador de Contas</u> "	é o Banco Bradesco S.A.
" <u>Banco Liquidante</u> " ou " <u>Itaú Unibanco</u> "	conforme definido na Cláusula 3.7.1
" <u>CETIP</u> "	é a CETIP S.A. — Mercados Organizados
" <u>Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Código Civil</u> "	é a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
" <u>Cetip21</u> "	conforme definido na Cláusula 2.5.1
" <u>Código de Processo Civil</u> "	é a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
" <u>Conta Centralizadora</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Conta Vinculada</u> "	é a conta corrente de titularidade da Emissora no Banco Liquidante, conforme definida no Contrato de Garantia.
" <u>Contrato de Cessão do FIDC</u> "	é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre o FIDC CEDAE e a Emissora, com interveniência do Itaú Unibanco e do Banco do Brasil S.A., conforme previsto no Anexo II desta Escritura
" <u>Contrato de Colocação</u> "	conforme definido na Cláusula 3.6.1
" <u>Contrato de Concessão</u> "	é o "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007
" <u>Contrato de Garantia</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Controle</u> " (bem como os correlatos " <u>Controlar</u> " ou " <u>Controlada</u> ")	é a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa



<u>"Coordenador Líder"</u>	é o Banco Itaú BBA S.A. conforme definido na Cláusula 3.6.1
<u>"CVM"</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários
<u>"Data de Emissão"</u>	conforme definido na Cláusula 4.3.1
<u>"Data de Pagamento de Remuneração"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.2
<u>"Data de Vencimento"</u>	conforme definido na Cláusula 4.4.1
<u>"Debêntures"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Debêntures em Circulação"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.8
<u>"Debenturistas"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Direitos Creditórios Excedentes Cedidos"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"Direitos de Crédito da Conta Vinculada"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"DOERJ"</u>	é o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
<u>"Documentos da Oferta"</u>	conforme definido na Cláusula 5.1.1. (iii)
<u>"Edital de Oferta de Resgate Antecipado"</u>	conforme definido na Cláusula 4.14.1.(i)
<u>"Emissão"</u>	conforme definido na Cláusula 3.2.1
<u>"Emissora"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Encargos Moratórios"</u>	conforme definido na Cláusula 4.11.3
<u>"Escritura"</u>	conforme definido no preâmbulo
<u>"Escriturador Mandatário"</u>	conforme definido na Cláusula 3.7.1
<u>"FIDC CEDAE"</u>	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, inscrito no CNPJ nº 14.137.344/0001-54

"Garantias"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"Impacto Adverso Relevante"	é qualquer impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas.
"Índice Financeiro"	conforme definido na Cláusula 5.1.1.(xxii)
"Instrução CVM 28"	é a Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
"Instrução CVM 358"	é a Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
"Instrução CVM 409"	é a Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
"Instrução CVM 476"	é a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
"Investidores Qualificados"	conforme definido na Cláusula 2.5.2.1
"IGP-M"	é o Índice Geral de Preços do Mercado
"IPCA"	é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
"Jornal"	conforme definido na Cláusula 2.1.1
"JUCERJA"	é a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
"Lei das Sociedades por Ações"	é a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Obrigação"	é toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, do Contrato de Garantia e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal (que deverá ser calculado <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais, necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos desta

<u>"Período de Capitalização"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.3
<u>"Prêmio"</u>	conforme definido na Cláusula 4.15.3
<u>"QDCA"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"QMM"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"RCA"</u>	conforme definido na Cláusula 1.2.
<u>"Receita Operacional Líquida"</u>	é a receita bruta de vendas e serviços diminuída das vendas canceladas, dos descontos e abatimentos concedidos incondicionalmente, bem como dos impostos incidentes sobre mencionadas vendas.
<u>"Regulamento"</u>	é o regulamento do FIDC CEDAE, conforme cópia prevista no Anexo III desta Escritura
<u>"Remuneração"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.1
<u>"Reorganização Societária"</u>	é, em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 480, de 2009
<u>"Resgate Antecipado Facultativo"</u>	conforme definido na Cláusula 4.15.1
<u>"Serviços"</u>	são os Serviços Água e os Serviços Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora ao amparo das Concessões
<u>"Serviços de Água"</u>	são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável
<u>"Serviços de Esgoto"</u>	são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos
<u>"Spread"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.1



<u>"Taxa DI"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.1
<u>"Taxa Substitutiva"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.5
<u>"Usuários"</u>	são usuários dos Serviços da categoria residencial, comercial e industrial
<u>"Valor Nominal"</u>	conforme definido na Cláusula 4.1.1

